

# Do signo ao tesouro: contribuições de três correntes da linguagem

## Alexandre Robson Martines

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – SP - Brasil. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – SP - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/3594532968978800>

<https://orcid.org/0000-0002-4524-0978>

E-mail: [alexandre.martines@unesp.br](mailto:alexandre.martines@unesp.br)

## Walter Moreira

Livre-docência pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – SP – Brasil. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP) – SP - Brasil. Professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – Marília, SP – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6780125312954825>

<https://orcid.org/0000-0001-9454-441X>

E-mail: [walter.moreira@unesp.br](mailto:walter.moreira@unesp.br)

## Carlos Cândido de Almeida

Livre-docência pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – SP - Brasil. Pós-Doutorado pela Universidad de Zaragoza (UNIZAR) - Espanha. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Brasil. Professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – Marília, SP – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/3901317157203491>

<https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>

E-mail: [carlos.c.almeida@unesp.br](mailto:carlos.c.almeida@unesp.br)

Data de submissão: 17/12/2020. Data de aceite: 24/02/2022. Data de publicação: 18/10/2022.

## RESUMO

A organização do conhecimento possui uma relação estreita com a linguagem. Na elaboração de tesouros, é importante refletir sobre a influência e as marcas da linguagem natural nesse processo. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é analisar algumas teorias relacionadas à linguagem, cujo objeto de estudo seja o signo, como a Semiologia, a Semiótica peirceana e a Semiologia ideológica bakhtiniana, a fim de compreender a configuração do signo no processo de representação e de mediação da realidade, bem como a promoção da significação e de sua revitalização e, assim, reconhecer sua condição como tesouro aplicado aos recursos informacionais. Para tanto, aplicou-se uma metodologia do tipo qualitativa, de caráter exploratório, estabelecendo uma análise crítica a partir de revisão bibliográfica. Dessa maneira, a presente pesquisa busca contribuir para a Organização do Conhecimento na compreensão do papel das teorias do signo na elaboração de tesouros.

**Palavras-chave:** Signo. Linguagem Documentária. Organização do Conhecimento. Teoria do Conceito. Tesouros.

## ***From the sign to the thesaurus: contributions from three streams of language***

### **ABSTRACT**

*The organization of knowledge has a close relationship with language. In elaborating thesauri, it is essential to reflect on the influence and marks of natural language. This research aims to analyze some language-related theories whose object of study is the sign, such as Semiology, Peircean Semiotics, and Bakhtinian ideological Semiology, to understand the sign's configuration in the process of representing and mediating reality, promoting meaning, and to revitalize it, and to recognize its condition as an informational thesaurus. For this purpose, a qualitative methodology was applied, with an exploratory nature, establishing a critical analysis based on a bibliographic review. This approach aims to assist the Knowledge Organization in comprehending the role of sign theory in the development of thesauri.*

**Keywords:** *Sign. Documentary Language. Knowledge Organization. Concept Theory. Thesaurus.*

## ***Del signo al tesoro: aportes de tres corrientes del lenguaje***

### **RESUMEN**

*La organización del conocimiento tiene una estrecha relación con el lenguaje. En la elaboración de tesauros, es importante reflexionar sobre la influencia y las marcas del lenguaje natural. Por lo tanto, esta investigación tiene el objetivo de hacer un análisis de algunas teorías relacionadas con el lenguaje, cuyo objeto de estudio es el signo, como, por ejemplo, la Semiología, la Semiótica peirceana y la Semiología ideológica bakhtiniana con el fin de comprender la configuración del signo en el proceso de representación y de mediación de la realidad, así como en la promoción del sentido y de su revitalización y, por consiguiente, reconocer su condición de tesoro aplicado a los recursos informativos. Para ello, se aplicó una metodología cualitativa, de carácter exploratorio, estableciendo un análisis crítico desde una revisión bibliográfica. De esta forma, la presente investigación busca contribuir a la Organización del Conocimiento con respecto a comprensión del papel de las teorías del signo en la elaboración de tesauros.*

**Palabras clave:** *Signo. Lenguaje Documental. Organización del Conocimiento. Teoría de Concepto. Tesoro.*

## INTRODUÇÃO

A organização do conhecimento é uma prática de ajustamento da realidade às necessidades sociais de comunicação cultural ou científica, pois as relações humanas com a informação, com o conhecimento, com as pessoas, com os objetos e, conseqüentemente com a adequação dessas ações em estratégias de armazenamento e de recuperação, são decorrentes de fundamentos de representação e de mediação entre o real e a linguagem. Assim, a linguagem natural se configura como recurso humano para a representação da realidade e como principal elemento de mediação entre realidade, pensamento, compreensão e prática.

O conhecimento é decorrente da busca humana pela compreensão da natureza e da cultura construída ao longo dos séculos. Sua materialidade, ou sua manifestação em artefatos e em registros, evidencia seu processo de construção e a sua consolidação através das marcas decorrentes da interação humana, seja como comportamento e conduta, ou ainda como práticas sociais, políticas e culturais. Além disso, pode também evidenciar a relação ser humano e ecossistema, domínio de regiões, controle de fluxo de pessoas, estratégias mercadológicas e construções arquitetônicas. O conhecimento catalogado, categorizado e classificado permite a recuperação de informações que evidenciam a produção humana, já que é fundamental para a construção de novos conhecimentos.

A manifestação dos fatos, dos eventos e dos fenômenos é interpretada pelos humanos e transformada em informação. Essas informações são registradas e divulgadas através de objetos informacionais, visto que configuram fluxos informacionais importantes para a competitividade humana, já que o indivíduo, o grupo, a sociedade ou o Estado que for possuidor da maior quantidade de informação, conseqüentemente, terá acesso a um maior número de conhecimento. Dessa maneira, poderá estruturar uma visão mais eficaz de estratégias de poder e de controle social, cultural e político sobre os demais grupos sociais.

Nesse cenário, a linguagem natural é o recurso mediador entre os cenários da natureza, da cultura e da compreensão humana. A linguagem é eficaz na tradução dos fenômenos em pensamento, porque é constituída por um elemento primordial para as associações lógica, psicológica, ideológica e interpretativa: o signo. O signo é um aparato fundamental para constituir a percepção, bem como a significação, tanto a sua constituição em prática social comum, como também a sua revitalização em ato de fala individual.

Para Greimas e Courtés (2016, p. 462), signo é “uma unidade do plano da manifestação, constituída pela função semiótica, isto é, pela relação de pressuposição recíproca, que se estabelece entre grandezas do plano da expressão e do plano do conteúdo, no momento do ato de linguagem”. Para Saussure (2006, p. 80), o signo é visto como signo linguístico e este “une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”. Somado a isso, “tal imagem é sensorial e, se chegarmos a chamá-la material, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato” (SAUSSURE, 2006, p. 80).

Nessa linha, “o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces, que pode ser representada pela figura”, desse modo “chamamos signo a combinação do conceito e da imagem acústica”, porém houve a opção de “substituir conceito e imagem acústica, respectivamente, por significado e significante” (SAUSSURE, 2006, p. 80-81).

Por sua vez, para Bakhtin (2006, p. 32), “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico”. Ademais, “todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos” (BAKHTIN, 2006, p. 32).

Em uma terceira via, Peirce (2017) indica que a semiótica é a doutrina dos signos, sendo um outro nome para designar a lógica, terceiro fundamento de suas ciências normativas. Desse modo, Peirce (2017, p. 45) aponta que “somos levados a afirmações, eminentemente falíveis e, por isso, num certo sentido, de modo algum necessárias, a respeito do que devem ser os caracteres de todos os signos utilizados por uma inteligência científica”, fator que indica que o signo interage com “uma inteligência capaz de aprender com a experiência” (PEIRCE, 2017, p. 45).

Sendo assim, compreende-se a importância dos estudos acerca da linguagem natural como necessários para o desenvolvimento da organização do conhecimento e da efetivação de práticas, de procedimentos, de estratégias e de métodos para analisar as informações presentes nos documentos. Por essas vias, é possível sistematizar sua organização, bem como sua classificação e sua categorização, já que o signo é elemento central na produção da significação pela linguagem natural. Por conseguinte, quanto mais eficiente for a organização, mais dinâmica é a recuperação e, consequentemente, melhor é seu uso e sua difusão.

Em se tratando de linguagem natural aplicada nas dinâmicas discursivas, argumentativas, comunicativas, ou seja, aquelas ainda presentes nas práticas de leitura, de análise e de interpretação, são várias as possibilidades de manifestação semiótica traduzidas para linguagens especializadas, as quais retratam o campo do conhecimento e a maneira como estudiosos sistematizam o conhecimento.

Diante das preocupações em relação à organização e à representação do conhecimento, bem como à linguagem especializada aplicada aos sistemas de organização do conhecimento e a sistemas informacionais decorrente à elaboração de objetos informacionais, tendo como destaque o tesauro, entende-se a necessidade de reconhecer as propriedades do signo e sua constituição a partir das três teorias mencionadas – Semiologia saussuriana, Semiótica peirceana e Semiologia bakhtiniana.

Ou seja, considerar as contribuições das teorias mencionadas amplia a compreensão sobre a significação e, assim, proporciona, de modo mais efetivo e consciente, a tradução da linguagem natural para o tesauro.

Desse modo, com o fito de organizar e de representar o conhecimento, aplica-se o tesauro como linguagem documentária<sup>1</sup> para estabilizar a significação manifestada pelos conceitos culturais e científicos, tanto nas práticas de classificação e de categorização, como também nas práticas de indexação e na elaboração de objetos informacionais.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar o signo nos campos da Semiologia saussuriana, da Semiótica peirceana e da Semiologia bakhtiniana a fim de compreender as suas características, assim como a sua configuração no processo de significação, reconhecendo na linguagem natural as propriedades semióticas aplicáveis à elaboração do tesauro.

Para tanto, aplicou-se uma metodologia do tipo qualitativo, de natureza exploratória, visto que foram analisadas as teorias provenientes da Semiologia, nas quais se destacam Saussure (2006), Barthes (1971), Hjelmslev (2013), Benveniste (2020), como, ainda, da Semiótica de Peirce, destacando Santaella, (2004), Silveira (2007) e Peirce (2017, 2020). Ademais, é preciso destacar as contribuições provenientes da Semiologia de Bakhtin (2006).

Além disso, houve a recuperação de trabalhos que exploram a relação da organização do conhecimento com a elaboração de tesouros, além das teorias que tratam desse processo e de sua conexão com o signo.

<sup>1</sup> Linguagem especializada de teor técnico, científico e profissional, cuja elaboração é decorrente das práticas de representação do conhecimento e da informação, além de retratar o conteúdo sistematizado pelos sistemas de organização do conhecimento. Optou-se por usar o adjetivo DOCUMENTÁRIA neste trabalho devido às traduções para a Língua Portuguesa todavia, é fundamental evidenciar que há registros de DOCUMENTAL realizados pela comunidade científica. Importante salientar que o termo DOCUMENTÁRIA remonta a registros franceses, principalmente na linha de trabalho de Gardin e de Coyout. Já o termo DOCUMENTAL, aparece nas pesquisas realizadas na Espanha, nos trabalhos de G. Gutiérrez, E. Arroyo, Yepes e Moreira Gonzales.

Diante do material coletado, destacam-se Dahlberg (1978a); Dias (2000); Barité (2001; 2015); Lara (2007); Almeida (2009); Hjørland (2009); García Gutiérrez (2011); Schiessl e Shintaku (2012); Otlet (2018); Santos, Moreira (2018).

A coleta ocorreu por meio de livros, de periódicos, de teses e de dissertações recuperados de bases de dados como Brapci, Dialnet, Google Scholar, Nomos e Library, ISKO Brasil, ISKO España-Portugal e catálogos de teses e dissertações da CAPES, publicados nos idiomas português, espanhol e inglês. Assim, pôde-se organizar materiais direcionados ao estudo do signo e das teorias da linguagem que realizam seu tratamento, como também materiais que tratam da Organização do Conhecimento e, por sua vez, exploram o estudo de tesouros.

Sendo assim, aplicou-se o procedimento de revisão bibliográfica para recuperar os conceitos fundamentais desenvolvidos pelas teorias tratadas como tesouro, linguagem especializada, linguagem documentária, sistemas de organização do conhecimento, teoria do conceito, terminologia, aplicação do signo na organização do conhecimento e na organização da informação. Por essas vias, foi possível reconhecer as possibilidades de inovação através da relação interdisciplinar entre as teorias investigadas. Desse modo, a análise se consolidou a partir dos conceitos mencionados; e a interpretação ocorreu fundamentada no cruzamento das teorias, permitindo a construção de inferências.

## **AS TEORIAS DO SIGNO: FUNDAMENTOS**

O signo é elemento aplicado no processo de codificação e de decodificação entre duas mentes capazes de processar o mesmo código. Sendo assim, apenas a mente humana é capaz de interagir com o ambiente através de signos e estimular a percepção e a troca de informações. Ou seja, preciso um nível superior de complexidade cognitiva, ou seja, uma mente que interage, aprende e constrói novos signos e novas significações para o desenvolvimento do pensamento, da mediação, da crítica sobre a significação, da fundamentação ideológica e da identificação de estratégias de objetivação e de construção de valores na interação social.

Dessa forma, entende-se ser o signo um importante fundamento a ser explorado para direcionar práticas e estratégias semióticas na elaboração de tesouros e, conseqüentemente, tornar-se objeto de estudo dentro do cenário da Organização do Conhecimento, principalmente, no que tange ao processo de representação e de organização da informação e do conhecimento. Em outras palavras, o signo é elemento central da linguagem e está envolvido nas práticas da significação, da mediação entre realidade e pensamento, da representação da realidade e da comunicação.

O signo conduz a significação nos contextos, em decorrência de sua relação com o objeto, fenômeno, evento, ou ainda sob a influência de construções ideológicas. Ou seja, ajusta-se e adequa-se às áreas científicas e culturais, bem como aos seus domínios e às comunidades discursivas, através de sua atualização, marcada pelo cenário, colaborando para evitar a polissemia e a ambigüidade semântica. O signo também evidencia a enunciação, o discurso, a intencionalidade, assim possibilitando a representatividade e a recuperação de informações marcadas também em textos sincréticos (não verbais).

Diante desses fatores, o objetivo desta seção é destacar algumas das principais correntes teóricas que fundamentam o signo como seu objeto de estudo. Nessa linha, a pesquisa em questão também entende ser interessante a exploração das definições e das concepções básicas do signo. Essa validação busca compreender como essas teorias reconhecem-no em sua forma basilar, seja como elemento de construção de valores semânticos fundamentados pela Semiologia, como unidade de pensamento que evolui em uma semiose, como proposto na Semiótica peirceana, ou como um condutor ideológico da interação social, apresentado pelo viés bakhtiniano.

Para sistematizar o estudo do signo e a compreensão de sua natureza, foram selecionadas teorias consideradas pioneiras no tratamento do signo em suas linhas de atuação: a) a Semiologia pelos estudos de Ferdinand de Saussure (1916), precursor de estudos sobre o signo no viés linguístico; b) a teoria de Charles Sanders Peirce (1867), denominada de Semiótica; c) as concepções sobre o signo ideológico e social de Mikhail Bakhtin (1929).

Sendo assim, define-se signo como “um fenômeno mais frequentemente natural, imediatamente perceptível, que nos faz conhecer qualquer coisa em relação a um fenômeno não imediatamente perceptível” (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 541). Pode-se ainda definir o signo como “uma entidade”, que “pode se tornar sensível”, além de existir mesmo “sem ser percebido”. Nessa última perspectiva é visto como “institucional”, pois “existe apenas para um grupo delimitado de usuários” (DUCROT; TODOROV, 2010, p. 102).

O signo surge para a Linguística moderna sob as propostas de Ferdinand de Saussure, como resultado de suas pesquisas e de suas apresentações em aulas, no final do século XIX e início do século XX. É, portanto, em *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916, que o signo ganha destaque como fundamento para a análise da configuração da língua (*langue*).

Assim, nasce a Semiologia, cujo objetivo é o estudo da língua, e, por conseguinte do signo na esfera social, visto que, para Saussure (2006, p. 14), “a linguagem é um fato social”. Por isso há o apontamento de que deveria estar alinhada à Sociologia ou à Psicologia social, pois o teórico genebrino defende que “na realidade, tudo é psicológico na língua, inclusive suas manifestações materiais e mecânicas, como a troca de sons” (SAUSSURE, 2006, p. 14).

Em seu *Curso de Linguística Geral*, Saussure propõe inicialmente estudos fundamentados na Linguística, marcando uma visão geral da história da linguística, indicando que “visa unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas; é uma disciplina normativa, muito afastada da pura observação” (SAUSSURE, 2006, p. 7).

Ademais, entende-se que “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”. A partir desse viés se estabelece uma correspondência: “o som, unidade complexa acústico-vocal, forma, por sua vez, com a ideia, uma unidade complexa, fisiológica e mental” (SAUSSURE, 2006, p. 16).

A Semiologia configura-se como uma teoria da linguagem, cujo objeto de estudo é o signo e a língua, sendo esses aplicados no âmbito social. Assim, Saussure determinou-a como “um estudo geral dos sistemas de signos” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 444).

Diante disso, é na língua que ocorrem os fatos de consciência e, dessa forma, o signo é articulado, isto é, manifesta-se em significante e significado, conseqüentemente, permitindo que a inter-relação entre suas partes ocasione a significação.

Devido a sua importância na consolidação do signo, destaca-se a língua como “norma de todas as outras manifestações da linguagem”, já que a língua é “um todo por si e um lugar de classificação” (SAUSSURE, 2006, p. 16-17). Além disso, a língua também pode ser definida como “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade do indivíduo” (SAUSSURE, 2006, p. 17). Portanto, esse produto é estabelecido em valores constituídos pela própria língua social.

É no tocante à definição da linguagem em sua primeira dicotomia: língua (*langue*) e fala (*parole*), que se efetiva o estudo dos signos, os quais, para Saussure, denominam-se signos linguísticos, pois, enquanto a língua e a fala são “de natureza concreta”, os signos linguísticos, “embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidade que têm sua sede no cérebro” (SAUSSURE, 2006, p. 23). Em outras palavras, são conceitos, isto é, fatos de consciência e associações às representações, já que o signo é “instrumento criado e fornecido pela coletividade” (SAUSSURE, 2006, p. 18).

Sendo o signo classificável entre os humanos, Saussure propõe “uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social”, e, assim, define esta como “uma parte da Psicologia social, e, por conseguinte, da Psicologia Geral” (SAUSSURE, 2006, p. 24). Diante disso, é proposta a Semiologia do grego “*sēmeion*, signo”, que “ensinará em que consistem os signos, que leis os regem” (SAUSSURE, 2006, p. 24). Dessa maneira, o signo se estrutura por um composto diádico, constituído por duas partes: significante e significado. É, nessa perspectiva, que “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2006, p. 80).

É importante evidenciar que essa imagem acústica “não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho dos nossos sentidos” (SAUSSURE, 2006, p. 80). Dessa forma, não se deve confundir o *significante* meramente com o som das palavras, mas sim entender que há uma inter-relação entre a imagem psíquica e o som que a constitui. Essa imagem “implica uma ideia de ação vocal” inerente à palavra falada, realizada na “imagem interior no discurso” (SAUSSURE, 2006, p. 80). É assim, que surge a proposta de aplicar o “signo para designar o total, e a de substituir conceito e imagem acústica respectivamente como significante e significado” (SAUSSURE, 2006, p. 81).

Dessa maneira, os estudos propostos por F. de Saussure na composição da Semiologia são marcados pela concepção de dicotomias: *langue* x *parole*; significante x significado; eixo paradigmático x eixo sintagmático; sincrônia x diacrônia. Além disso, há os apontamentos acerca da imutabilidade do valor do signo, sendo este envolto no princípio de arbitrariedade e da convencionalidade (SAUSSURE, 2006).

Dessa forma, entende-se que o signo linguístico é arbitrário, resultando da associação de um significante a um significado. Sendo assim, a arbitrariedade é consequência da formação da língua como resultado da coletividade, isto é, os signos constituem uma língua pronta e o usuário/falante não pode lhe alterar a configuração, pois “não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico” (SAUSSURE, 2006, p. 83).

Nessa linha, o signo é reconhecido como imotivado, pois é “arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (SAUSSURE, 2006, p. 83). Desse modo, a cognição teria “uma parte psíquica e outra não psíquica, incluindo a segunda também os fatos fisiológicos, dos quais os órgãos são a sede, e os fatos físicos exteriores ao indivíduo” (SAUSSURE, 2006, p. 20). Ademais, “na parte psíquica localizada no cérebro, pode-se chamar executivo tudo o que é ativo e receptivo tudo o que é passivo”, nessa proposta de signo, entende-se que a significação pode ser cristalizada, e o sentido, por ser social, será sempre o mesmo, acessível a todos os integrantes de um grupo.

Dessa forma, a língua acaba se reduzindo a uma nomenclatura, “uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas” (SAUSSURE, 2006, p. 79). Na visão da Semiologia sausseriana, “os termos implicados no signo linguístico são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação”, ou seja, “esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro”. Sendo assim, ao buscar o sentido de uma palavra, por exemplo árvore, “está claro que somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conformes à realidade, e abandonamos toda e qualquer outra que possa imaginar” (SAUSSURE, 2006, p. 80).

Outrossim, sendo a língua necessária para a atuação do signo e sendo sua constituição determinada no aspecto social, “a coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja” (SAUSSURE, 2006, p. 132). Por conseguinte, “o valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícilimo saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência” (SAUSSURE, 2006, p. 133). Por outro lado, como a língua é um sistema, entende-se que “todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente na presença simultânea de outros” (SAUSSURE, 2006, p. 133).

Para F. de Saussure, o signo é uma concepção pronta, arbitrária e convencional, resultado de uma relação entre a imagem acústica e o conceito, tendo a significação estruturada sob uma concepção mentalista. Já para C. S. Peirce, o signo é algo em constante construção, de natureza empirista, constituído em decorrência de semioses, à base de raciocínio lógico e, tendo sua validade efetivada no pragmatismo.

Dessa maneira, para Peirce (2017), os signos representam o pensamento manifesto fenomenologicamente, fator que concede à significação um atributo de falível, pois o signo está em constante construção, ou seja, é resultado de uma semiose ilimitada, *ad infinitum*, reflexo da interação cognitiva entre uma mente capaz de aprender com a experiência e com o real.

A Semiótica é a ciência da forma, por isso, “as conclusões que serão alcançadas serão falíveis, nem por causa disso serão desprovidas de uma necessidade intrínseca de natureza formal; serão apodíticas, necessitadas por sua própria forma”. Portanto “pertence ao universo fenomênico e só é alcançado em suas manifestações empíricas”. Por essa razão, as representações do real são submetidas à falibilidade (SILVEIRA, 2007, p. 20-21).

Ademais, para Peirce, os signos “tomados fenomenologicamente são infinitos, quanto mais ao se tratar dos caracteres daqueles signos utilizados por toda e qualquer inteligência capaz de aprender através da experiência”. Desse modo, a aprendizagem gera um hábito que permitirá, através da experiência, “poder a pessoa atuar com maior segurança em todo contexto cujas relações se assemelhem àquelas construídas experimentalmente” (SILVEIRA, 2007, p. 26).

Assim sendo, uma mente científica é decorrente de “algum ser que, diante de uma situação, modifique seus hábitos de conduta”, conseqüentemente, considera-se estar diante de “uma inteligência que utiliza signos para representar o real”. Em suma, o conhecimento é um vetor para o futuro, bem como a semiose se caracteriza por ser a ação de qualquer espécie de signo, isto é, “o signo volta-se ao crescimento e à evolução sendo capaz de identificar-se com a ação” (SILVEIRA, 2007, p. 34).

Os signos constituem diagramas mentais, responsáveis por conduzir o entendimento da realidade através da figuração, em que se estabelece o confronto e a inquirição. Essa retomada e a repetição da representação do real permitem o desenvolvimento de hábitos mentais que viabilizem a atuação sobre o real em ações futuras.

Assim, essa representação agiliza a conduta, possibilitando a atuação da experiência colateral sobre o cenário já estabilizado, bem como a aplicação do signo sobre o signo, gerando novos diagramas, avançando, pois, em direção à verdade. Contudo, é válido lembrar que, no universo da representação do real através de signos e de diagramas, a verdade não pode ser absoluta, já que uma mente inteligente estará sempre aprendendo e participando de novas experiências, visto que é suscetível ao falibilismo.

As categorias fenomenológicas correspondem “aos modos elementares pelos quais se articulam e se combinam os fenômenos que povoam o universo total e irrestrito da experiência”.

Além disso, pode-se complementar essa configuração com a ideia de que a determinação das categorias não é “dependente de um ato de síntese efetuado por um sujeito, mas de como as aparências articulavam-se para uma mente” (SILVEIRA, 2007, p. 40).

Outrossim, as categorias fenomenológicas são classificadas em 3 instâncias: primeiridade, secundidade e terceiridade. Diante de tal fato, observa-se que “ser tal como aquele ser é, independentemente de qualquer outra coisa”, ou seja, a ausência de qualquer referência ou esforço denomina-se Primeiridade. Por outro lado, a binariedade, o confronto, a obsistência – “aquele elemento que, tomado em conexão com a Originalidade, faz de uma coisa aquilo que uma outra a obriga a ser” – denomina-se Secundidade. Por fim, a experiência, a mediação que efetiva o hábito, o estar apto para agir, a ação da mente (significação), a transuação – mediação, ou modificação - chama-se de Terceiridade (PEIRCE, 2017, p. 27).

As categorias fenomenológicas são três modos distintos de ser e de se apresentar à mente. Assim, reforçando a explicação de Peirce (2017), a primeiridade é uma qualidade, “uma potencialidade”, está presente “naquilo que é livre, novo, espontâneo e casual”, “é o modo de ser daquilo que se é tal como é positivamente e se referêcia a qualquer outra coisa” (SILVEIRA, 2007, p. 41).

A primeiridade é o fenômeno pertencente ao real, todavia a mente não é capaz de compreender. O fenômeno que atua inerente ao real, porém sua liberdade é total, ele não é perceptível, analisado, contemplado, discutido, apenas age, existe e se estabelece. Tomam-se como exemplo as cores, todas elas estão em potencialidade na luz, em um princípio de homogeneidade, indeterminada, o que efetiva a sua qualidade. Entretanto, não são percebidas o que efetiva seu caráter primeiro, pois não há referência prévia, ainda estão independentes de toda força e de toda razão.

A secundidade caracteriza-se pela “existência ou fatualidade”, “característica do esforço, da resistência, da ação e reação, da alteridade – como presença do outro - , da negação e da existência” (SILVEIRA, 2007, p. 41). A secundidade “é o modo de ser daquilo que é tal como é, com respeito a um segundo, mas independente de qualquer terceiro” (SILVEIRA, 2007, p. 41). Retomando o exemplo das cores, a secundidade constitui-se como o confronto entre a luz e o objeto, a existência de algo perceptível; reconhecem-se seus contrastes, porém estes ainda não são definidos, todavia é algo em interação entre fenômeno e percepção.

A terceiridade é a generalidade, a repetição, “característica do contínuo, do pensamento e da lei”. Em outras palavras, “É o modo de ser daquilo que é tal como é, colocando em relação recíproca um segundo e um terceiro” (SILVEIRA, 2007, p. 41).

A experiência no seu estágio de mediação, na representação da terceiridade, apresenta um fenômeno generalizado, o qual estabelece um hábito mental, um padrão de significado, já que a mente representa os aspectos generalizados. Prosseguindo com o exemplo das cores, é na terceiridade que se reconhece o vermelho e, a partir dele, pode-se fazer a distinção do amarelo, do laranja, do azul etc.

Por fim, deve-se tratar da configuração do signo e de sua composição sempre triádica, pois dialoga diretamente com as categorias fenomenológicas. O signo, por sua vez, é formado por um diagrama inicial, triádico: *representamen*, objeto e interpretante, sob os quais se formam novos diagramas, também triádicos para evidenciar as suas relações também com as categorias fenomenológicas. Assim, sob o *representamen*, há a configuração de uma tríade: qualissigno, sinsigno e legissigno; sob o objeto: ícone, índice e símbolo; sob o interpretante: rema, dicente ou dicissigno e argumento.

Como resultado dessa relação triádica, emana uma semiose, sendo esta o princípio natural do signo. Diante disso, entende-se que “um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido” (PEIRCE, 2017, p. 46). Assim, conforme pontua Peirce (2017, p. 46) “o signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas como um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei *fundamento do representamen*”.

Sobre o objeto, há o papel da consciência, já que a característica básica de um signo “é a de poder representar as coisas ou os objetos”, sendo assim, o signo “representaria a realidade extralinguística” (BLIKSTEIN, 1985, p. 21).

A consciência recorre às sensações, ao confronto e à mediação da mente com o objeto, por isso, Peirce estabeleceu as categorias fenomenológicas. Nessa perspectiva, “a palavra signo será usada para denotar um objeto perceptível, ou apenas imaginável, ou mesmo inimaginável num certo sentido” (PEIRCE, 2017, p. 46). Além disso, “para que algo possa ser um signo, esse algo deve representar, como costumamos dizer, alguma outra coisa, chamada de objeto” (PEIRCE, 2017, p. 47).

A significação resulta em semiose, sendo esta uma evolução do signo constituído por sua tríade: *representamen*, objeto e interpretante. É, no interpretante, que a significação se revela, pois uma mente terá “uma função interpretativa de signos de um universo”, por conseguinte, “pessoa será todo e qualquer sujeito de semiose” (SILVEIRA, 2007, p. 48).

A relação objeto e seu interpretante e a determinação de uma interpretação ao mesmo objeto faz do interpretante o terceiro correlato e, assim, “de todos os correlatos, é o que se responsabiliza pela maior generalização da semiose, sendo, em seu grau máximo de realização, capaz de [...] reproduzir-se infinitamente” (SILVEIRA, 2007, p. 49).

O interpretante, portanto, interfere na constituição da semiose. Por isso determina um hábito de conduta, o qual atinge um nível elevado de generalidade. No entanto, a meta a ser alcançada por uma série infinita de interpretantes, os quais se convergem na busca de uma melhor representação do objeto, será da natureza do hábito, ou melhor, “da dinâmica interna de crescimento e de expansão desse hábito: a mudança de hábito, aperfeiçoamento autocontrolado e autoconsciente” (SILVEIRA, 2007, p. 55).

Em outra vertente teórica, aquela representada por Bakhtin, o signo é resultado direto das relações sociais e da interação com o outro, reconhecendo o papel da alteridade para sistematizar a significação. Por um lado, a língua, como em Saussure, é um fato social, sua existência está atrelada à necessidade de comunicação. Porém, na visão bakhtiniana, a língua não se perfaz como algo abstrato e ideal; pelo contrário, a língua se realiza na manifestação, desde seu ato manifestante, ou seja, a fala e a enunciação são importantes para a consolidação da comunicação e, por conseguinte, da significação, que estão ligadas às estruturas sociais (BAKHTIN, 2006).

Sendo assim, a fala “é o motor das transformações linguísticas”, dessa maneira, “a palavra é a arena na qual se confrontam aos valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social” (BAKHTIN, 2006, p. 14). Nessa mesma linha, entende-se que “todo signo é ideológico, a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua” (BAKHTIN, 2006, p. 15).

Além disso, também é válido destacar que o signo é “dialético, dinâmico, vivo”. Esses fatores acompanham a revitalização da significação promovida pela interação social, resultado de fatores da percepção e da compreensão, além dos aspectos históricos (BAKHTIN, 2006, p. 15).

Dessa maneira, o signo bakhtiniano apresenta características que se aproximam e se distanciam das teorias já mencionadas. Em relação à teoria do signo proposta por Saussure, há a convergência no entendimento de o signo ser diádico, uma vez que, enquanto a concepção saussureana se fundamenta na *langue*, ou seja, no sistema da língua, Bakhtin se preocupa com a *parole*, ou melhor, com o ato de fala e com a transformação semântica que o signo assume em ação. Portanto, a teoria bakhtiniana se opõe ao signo inerte, imotivado, que advém de uma concepção presa a um sistema sincrônico abstrato, proposto por Saussure.

Em relação à proposta de Peirce, há certas aproximações acerca da significação e do pensamento referentes à concepção de um signo sobre outro para gerar uma cadeia de novos signos. No entanto, diverge do signo peirceano, já que este está alinhado ao objeto e à realidade, enquanto o signo de Bakhtin carrega traços ideológicos, os quais tratam de fatores políticos e históricos no processo de modelização de concepções sociais, interferindo na conduta, não decorrente a uma semiose, mas sim devido a um processo de modelação da realidade, a qual também não se submete a uma verificação do pragmatismo. Diferentemente da proposta de verificação do hábito e da conduta peirceana, a proposta de Bakhtin evidencia a influência determinante da ideologia na constituição das ações.

Ademais, a perspectiva bakhtiniana indica que “a forma linguística é sempre percebida como um signo mutável”, sem o qual seria impossível a realização de uma “entonação expressiva” e “modalidade apreciativa”, responsáveis pela configuração de uma “enunciação, conteúdo ideológico, relacionamento com uma situação social determinada” (BAKHTIN, 2006, p. 15).

O signo assume um novo valor diante de uma nova realidade de percepção e de compreensão da problemática, assim, “só a dialética pode resolver a contradição aparente entre a unicidade e a pluralidade da significação” (BAKHTIN, 2006, p. 15).

Dentro dessa conjuntura, “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico” (BAKHTIN, 2006, p. 32-33).

Os aspectos ideológicos são fundamentais na visão de Bakhtin para a representação da realidade. Sendo assim, interferem na modelagem, na objetivação e na fabricação da realidade, isto é, a compreensão da realidade é constituída através da percepção do indivíduo e do confronto com a experiência adquirida. No entanto, essa representação é marcada pela força do ideológico, a qual traz evidência para algumas perspectivas e promove o apagamento de outras.

Na esfera dos signos, o domínio ideológico registra diferenças profundas, ou seja, “cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade de sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social” (BAKHTIN, 2006, p. 33).

Além disso, “é seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral”, por isso, entende-se que o signo “é um fenômeno do mundo exterior”, ou seja, “o próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior” (BAKHTIN, 2006, p. 33), fator que demonstra a importância das relações sociais, pois o signo se cria na necessidade social de representar. Por outro lado, sua natureza não é da ordem da permanência, mas sim da atualização diante das necessidades e das problemáticas que surgem diante da atuação dos indivíduos na sua realização social.

Em função disso, é preciso entender que a manifestação da compreensão ocorre através de um material semiótico. Por essa razão, o signo não pode ser visto como mero meio técnico de efeito interior, da mesma forma que a ideologia não deve ser reduzida à consciência presente no aspecto exterior do signo.

Nessa linha, “o signo se opõe ao signo, que a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos.” Isso indica que a compreensão do signo consiste “em aproximar o signo apreendido a outros signos já conhecidos”, o que equivale definir que “a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos” (BAKHTIN, 2006, p. 34).

É, nessa perspectiva, que se confirma a semiótica bakhtiniana, deslocando a criatividade e a ideologia de “signo em signo para um novo signo” de forma única e contínua; a natureza semiótica também é de natureza material, pois “em nenhum ponto a cadeia se quebra, em nenhum ponto penetra a existência interior”, natureza em que não há consciência, não há cognição, pois não se afeta pela lógica, essa existência interior é “de natureza não material e não corporificada em signos” (BAKHTIN, 2006, p. 34).

Sendo assim, o signo corrobora a compreensão da significação nos domínios, assim como as marcas ideológicas nas comunidades científicas e culturais, já que “cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios”.

Esse princípio deve ser investigado junto à concepção de tesouros, além de funcionar como direcionamento da modelação dos conceitos, visto que “o signo é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela” (BAKHTIN, 2006, p. 37).

A palavra é material semiótico quando inserida em ato de comunicação. Por essas vias, marca o domínio no qual a “conversação e suas formas discursivas se situam” (BAKHTIN, 2006, p. 37). Tal fator evidencia que a palavra é neutra em seu estado de repouso, enquanto material de estabilidade do significado do referente. Todavia, ao ser inserida em curso no discurso, ganha dimensões de significações modeladas pela experiência exterior e pela ideologia, que caracterizam a relação do social e do material. Desse modo, “a realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 2006, p. 36).

Diante da exposição das teorias que tratam o signo como objeto de estudo, na tentativa de analisar suas convergências e divergências, elaborou-se um quadro-síntese com função comparativa a fim de apontar as principais concepções associadas ao signo nas diversas correntes tratadas nesta pesquisa.

Quadro 1 – Natureza e características do signo

	<b>Saussure Semiologia</b>	<b>Peirce Semiótica</b>	<b>Bakhtin Semiologia</b>
<b>Tipo</b>	Diádico	Triádico	Diádico
<b>Elementos</b>	Significante e significado.	<i>Representamen</i> , objeto e interpretante.	Significante e significado geram expressão, conteúdo e objetivação.
<b>Natureza</b>	Elemento de construção de valores semânticos.	Unidade de pensamento que evolui em uma semiose.	Condutor ideológico da interação social.
<b>Aplicabilidade</b>	Constituinte da <i>langue</i> (língua), portanto articulador de um sistema.	Condutor do entendimento da realidade através da figuração, em que se estabelecem o confronto e a inquirição. Há retomada e repetição da representação do real, que permite o desenvolvimento de hábitos mentais que possibilitam a atuação sobre o real em ações futuras.	Resultado direto das relações sociais e da interação com o outro, direcionando o papel da alteridade para sistematizar a significação.

(Continua)

Quadro 1 – Natureza e características do signo

	<b>Saussure Semiologia</b>	<b>Peirce Semiótica</b>	<b>Bakhtin Semiologia</b>
<b>Tipo</b>	Diádico	Triádico	Diádico
<b>Manifestação</b>	Psicológica	Fenomenológica, fundamentada no falibilismo e na experiência.	Na fala e na enunciação presente no psiquismo socioideológico.
<b>Atuação</b>	Na esfera social.	Em uma mente capaz de aprender.	Nas estruturas sociais.
<b>Atribuição</b>	Função normativa.	Função lógica; relação com o objeto e com a realidade.	Função ideológica.
<b>Significação</b>	Através da inter-relação de suas partes: significante e significado.	Através da semiose que se caracteriza por ser a ação de qualquer espécie de signo.	Através da enunciação, assume um novo valor diante de uma nova realidade de percepção e de compreensão da problemática.
<b>Cognição</b>	Mentalista e psicológica: teria uma parte psíquica e outra não psíquica, incluindo a segunda também os fatos fisiológicos, dos quais os órgãos são a sede, e os fatos físicos exteriores ao indivíduo.	É, no interpretante, que a significação se revela, pois uma mente terá uma função interpretativa de signos de um universo, por conseguinte, pessoa será todo e qualquer sujeito de semiose.	Através da dialética, da interação social e dos aspectos históricos há a revitalização da significação decorrente da dinâmica presente nos fatores de percepção e de compreensão, mediante a interação entre o discurso interior e o discurso exterior.
<b>Relação com a realidade</b>	A realidade tem sua sede no cérebro, visto que este processo se dá por conceitos, isto é, fatos de consciência e associações às representações, já que é instrumento criado e fornecido pela coletividade.	Exercida sobre o objeto, há o papel da consciência, já que a característica básica de um signo é a de poder representar as coisas ou objetos, sendo assim, o signo representaria a realidade extralinguística.	“Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra”. A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais.
<b>Evolução do signo</b>	É imotivado, constituído pela arbitrariedade e pela convencionalidade.	Ocorre através da semiose, que se volta para o crescimento e para a evolução do signo, sendo capaz de identificar-se com a ação.	Signo sobre signo gera um novo signo nas interações sociais.
<b>Verificação do sentido</b>	Construído através da coletividade.	Pragmatismo	A fala é o motor das transformações linguísticas. Dessa maneira, a palavra é a arena na qual se confrontam aos valores sociais contraditórios.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante desse cenário, reconhecem-se três teorias da linguagem de abordagens diferentes sobre o entendimento da natureza e da atuação do signo. A princípio, tal conclusão pode gerar a impressão de que essas teorias são excludentes e que não é possível estabelecer uma correlação no processo de organização e de representação do conhecimento.

Entretanto, é possível traçar um diálogo entre as referidas teorias, já que, ao se estudar a linguagem documentária e sua relação com o conhecimento, com os conceitos e com os termos, bem como os procedimentos para elaboração de tesouros, evidencia-se que há alguns pontos capazes de envolver essa representação, como a estabilidade do termo e do tesouro, situação que dialoga com o signo apresentado por Saussure.

Por outro lado, há a preocupação com a relação entre conhecimento e conceito e sua atualização, ponto em que se aproxima do signo peirceano. Por fim, as estratégias usuais que circundam o entendimento do domínio, da comunidade científica e cultural, além da interação com o usuário, esses aspectos se alinham com o signo ideológico de Bakhtin.

## **A LINGUAGEM NATURAL E O TESAURO: A TRADUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CONCEITOS**

O conhecimento é inerente à existência humana. Sendo assim, ao longo da história da humanidade, seu avanço foi significativo para a compreensão dos fenômenos naturais, assim como para o entendimento dos aspectos culturais, sociais e políticos entre os grupos sociais.

O conhecimento se tornou objeto de estudo na busca de explicações sobre seu processo cognitivo, como ainda sobre modos para ser organizado e representado a fim de que seja possível o acesso ao que já foi produzido pela humanidade. Tal fator evidencia a linguagem como principal elemento de mediação, já que a manifestação ocorre em linguagem natural, e a organização exige a aplicação de uma linguagem que normalize a semântica na representação dos objetos científicos e culturais.

Nessa linha, a ciência fez uso de linguagem especializada para ressaltar os conceitos que caracterizam as categorias e as classificações dos objetos estudados em um determinado campo, desse modo, dinamizando a compreensão sobre seus processos, suas práticas, suas estratégias e seus métodos definidos por um domínio. A fim de explorar os fatores semânticos correlacionados e as propriedades dos objetos estudados, há a aplicação de sistema de organização do conhecimento, dentro do qual se destaca o tesouro.

Diante disso, é objetivo desta seção analisar algumas características do tesouro e sua função como organizador do conhecimento através da estabilização de conceitos. Somado a isso, busca-se também apontar fundamentos da linguagem natural no que concerne a sua significação e a sua necessidade de normalização e de tradução para sistemas informacionais.

Nessa perspectiva, é válido destacar que o conhecimento, para o campo da Organização do Conhecimento, é compreendido sob alguns aspectos: para Barité (2001, p. 43, tradução nossa), o conhecimento é visto como “produto ou necessidade social”, tendo em vista o conhecimento acumulado pela humanidade e sua capacidade de orientar as relações sociais, assim como sua ampliação”.

Em outro apontamento, Barité (2001, p. 43, tradução nossa) afirma que “o conhecimento se realiza a partir da informação e, ao ser socializado, é transformado em informação novamente”. Além disso, observa-se a importância da linguagem aplicada a sistemas de organização do conhecimento para representação do conhecimento, já que o autor afirma que “o conhecimento é sempre registrado em documentos” (BARITÉ, 2001, p. 43, tradução nossa).

Ainda, destacam-se as considerações que alinham o conhecimento ao conceito e, por isso, são fundamentais para a sua representação: “O conhecimento se expressa através de conceitos e sua organização ocorre por sistemas de conceitos” (BARITÉ, 2001, p. 44, tradução nossa). Nessa perspectiva, ainda assinala que “as leis que regem a organização dos sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis” (BARITÉ, 2001, p. 44, tradução nossa), característica marcante da linguagem documentária em busca da univocidade significativa.

O conhecimento é organizado em tesouros, cuja função é representá-lo nas determinadas comunidades. Outrossim, através de interações sociais, o documento veicula conceitos, que encadeados a outros conceitos, revitalizam a significação das coisas humanas e amplificam a sua atuação, assim podendo estes pertencerem a novos domínios, ou ainda serem evocados por novos termos.

Diante disso, é importante que os sistemas de organização do conhecimento estejam alinhados às problemáticas resultantes dos avanços e das inovações científicas.

Dentro desse contexto, é necessário desenvolver estratégias para a representação dos conceitos e de suas atualizações e, conseqüentemente, alinhar os tesouros às novas significações, as quais requerem filtragens a fim de garantir que os sentidos sejam inerentes ao universo semântico do domínio. Para atingir tal propósito, faz-se indispensável abranger os conceitos que reafirmam os domínios, como também abranger as atualizações, além dos conceitos que criticam o domínio, em busca de atualização e de validação dos resultados.

Para Schiessl e Shintaku (2012, p. 49), os sistemas de organização do conhecimento (SOCs) “são representações do conhecimento, que, por sua vez, são modelos de abstração do mundo real”, isto é, são recursos para mediar a realidade através da linguagem e, assim, ativar a compreensão e a cognição, já que são estruturados semanticamente. Estes atuam como “sistemas de classificação, dicionários, ontologias, taxonomias, tesouros, redes semânticas, entre outros” (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012, p. 49).

Complementando essa definição, Barité (2015, p. 143, tradução nossa) aponta que sistema de organização do conhecimento é um “sistema de conceitos que tem como finalidade principal designações unívocas para a representação temática de conteúdo de documentos, dados e outros recursos de informação”. Ademais, também podem ser denominados de linguagem documentária, sistema de organização e de representação do conhecimento e apresentar “uma natureza mediadora, que se expressa e intercede entre os fundos documentais e os usuários, como também entre o conhecimento científico e a documentação e entre classificadores e indexadores que buscam aplicar critérios consistentes” (BARITÉ, 2015, p. 143, tradução nossa).

Algumas das preocupações da Ciência da Informação são as concepções acerca da organização e da representação da informação e do conhecimento.

Diante disso, entende-se que a matéria-prima para a sistematização dos trabalhos que circundam a Organização do Conhecimento seja a linguagem. Nessa perspectiva, o tesouro é de suma importância devido a sua atuação para a representação do conhecimento, da interação documento, da linguagem especializada e da recuperação da informação.

Assim sendo, os tesouros são aplicados “na tradução dos conceitos-chave dos documentos para linguagens reconhecidas por sistemas de informação ou de bibliotecas, conhecidas como linguagens documentárias ou linguagens de indexação” (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012, p. 53). Dessa maneira, entende-se que o tesouro “visa a representar, de forma padronizada, o conhecimento de domínio específico e a estabelecer a ligação entre o usuário e o conteúdo do documento” (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012, p. 54).

Por seu turno, a linguagem natural possibilita uma dinâmica constante de revitalização da significação do signo, devido a sua interação social. Dentro dessa dinâmica, promove uma materialização ao mesmo tempo fluida e cultural, sendo modelada ao longo das gerações e adaptando-se aos modos como seus falantes a utilizam.

Desse modo, torna-se fundamental debater sobre formas de representar o conhecimento, sendo essa discussão elementar para promover a classificação do conhecimento, assim como o trabalho de indexação e a recuperação de resultados significativos (SANTOS; MOREIRA; SKOS, 2018) que dialogam com os avanços tecnológicos.

Na atribuição do conceito, a linguagem exerce um papel de definição, já que “as definições são pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais e que constituem elementos necessários na construção de sistemas científicos” (DAHLBERG, 1978, p. 106).

Além disso, os sistemas estão sempre em busca de “obter definições corretas dos conceitos”, entretanto “o contínuo desenvolvimento do conhecimento e da linguagem conduz-nos à utilização de sempre novos termos e conceitos cujo domínio nem sempre é fácil manter” (DAHLBERG, 1978, p. 106).

É, nessa linha, que se reconhece que “o conhecimento fixou-se através de elementos da linguagem.”, acrescentando-se, ainda, que “Novos conhecimentos aparecem com novos elementos linguísticos” (DAHLBERG, 1978, p. 101). Dessa maneira, evidencia-se que a linguagem, através de sua função primordial que é a de representar a realidade e, assim, mediá-la em relação ao pensamento, para estabelecer a comunicação dos seres humanos com seus semelhantes e promover a construção social do conhecimento, fundamentou a organização desse conhecimento em conceitos, sistematizando a interação cognitiva.

Observa-se que o conhecimento, para ser tratado, representado, recuperado e reaplicado, precisa ser organizado em palavras, seja para sistematização de uma estrutura que relaciona suas propriedades às constituições semânticas, seja para efetivar as ações lógicas e psicológicas na validação cognitiva.

Dentro desse contexto, o conhecimento é representado e organizado em documentos por tradução da linguagem natural, manifestante no enunciado em sistemas de organização do conhecimento, destacando-se os tesouros, instrumentos que relacionam essa linguagem especializada com o domínio científico e cultural. Portanto, seja para produzir conhecimento, seja para representá-lo, a humanidade interage com os sistemas de desenvolvimento do conhecimento tendo a linguagem como instrumento de mediação, de significação, de representação e de modelação da realidade.

Dessa maneira, no processo de representação e de sistematização do conhecimento, o uso do tesouro, como sistema de organização do conhecimento, é justamente para normalizar a representação, ou seja, o termo aplicado estabiliza a significação, conforme o domínio.

A referida dinâmica funciona orientando os usuários para a recuperação das informações, pois esse embate entre linguagem natural e linguagem especializada é constante, além de necessário para atualização da significação e do sistema informacional.

Nesse aspecto, para Barité (2015, p. 156, tradução nossa), o tesouro é um “tipo de sistema de organização do conhecimento que se integra a termos analisados e normalizados que guardam entre si relações semânticas e funcionais”. Além disso, o tesouro possui o propósito de estabelecer um forte controle e atua como “um instrumento idôneo para o armazenamento e a recuperação da informação em áreas especializadas” (BARITÉ, 2015, p. 156, tradução nossa).

Dando continuidade, para Schiessl e Shintaku (2012, p. 90), tesouro é “um tipo de vocabulário controlado. Isso significa que o vocabulário do tesouro não é composto de palavras da língua natural, mas de uma lista de termos de um dado domínio”. Assim, compreende-se que da “teia de relacionamentos entre conceitos emerge o caráter semântico dos tesouros”. O tesouro possui uma relação intrínseca com o termo, além de considerar a sua dinâmica lógica e semântica para representar o conhecimento presente nos documentos o que efetiva como linguagem documentária.

Assim, para Schiessl e Shintaku (2012, p. 90), pode-se entender que o tesouro se caracteriza por ser “uma ferramenta voltada para a organização e para a recuperação de informação”, que efetiva as seguintes dinâmicas: “atende aos usuários: ao indexador que estabelece e define os termos e seus relacionamentos que representam documentos e ao consulente que busca informação auxiliado pela ferramenta”; “permite a organização lógica e semântica de um domínio”; “oferece uma representação da estrutura conceitual de um domínio de conhecimento”. Diante dessas definições, observa-se que o tesouro, como linguagem documentária, apresenta propriedades da linguagem para promover a cognição e a comunicação.

Dessa maneira, o tesouro deve ser visto como uma referência normativa a fim de estabilizar a significação para que o domínio não perca a relação entre o conhecimento e os instrumentos de representação e não seja visto como um resultado imutável e final. Por essa razão, é importante que a comunidade compreenda que é impossível congelar, estratificar, cristalizar a significação, justamente porque há a semiose ilimitada. Mesmo se atribuir um signo imotivado ou ideológico, a organização do conhecimento, como prática científica, requer a aplicação do pragmatismo e a inquirição para verificar o falibilismo.

### **O SIGNO, O CONCEITO E O TESAURO:**

#### **A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM**

#### **ESPECIALIZADA E LINGUAGEM NATURAL**

A linguagem aplicada à elaboração de tesouros é um elemento importante para se discutir à luz das teorias da linguagem na Organização do Conhecimento. Como a linguagem é material fundamental para a representação e a organização do conhecimento, entende-se que o estudo do signo pode contribuir significativamente para as reflexões e para os debates acerca do papel da linguagem nesse processo, pois o signo atua na manifestação da linguagem natural, portanto será condutor de sua tradução para um tesouro.

O signo pode conduzir o processo de elaboração do tesouro, já que há situações em que a representação do conceito pode sofrer influência de princípios imotivados ou ideológicos. No entanto, o processo de significação deve ser visto como resultado de uma semiose, em que há a atualização do interpretante e de hábitos, os quais devem ser testados nos domínios através da aplicação do pragmatismo.

Somado a isso, a constante revitalização da linguagem natural e, principalmente, os vocábulos pertencentes ao sistema aberto configuram-se como problemáticos para a estruturação de linguagem documentária, devido à ambiguidade, à polissemia e à homonímia. Isto é, chamam-se sistema aberto de uma determinada língua, as classes morfológicas: como substantivo, adjetivo, verbos e advérbios derivacionais, por possuírem um número de vocábulos ilimitados.

Ainda acerca desses conjuntos morfológicos, é preciso acrescentar que estes podem ser ampliados ao longo do tempo, estrutural e semanticamente (CASTILHO, 2016).

Ao pensar na constituição dos conceitos, formatados pelo “agrupamento de predicativos” (DALHBERG, 1978, p. 102), tem-se, na estrutura da língua, um complexo semântico formatado pela correlação de substantivos, de substantivos ligados a adjetivos, ou de substantivos ligados a locuções adjetivas de natureza semântica próxima, equivalente, erudita, ou metafórica, configurando um sintagma nominal. Além disso, ainda é possível estruturar conceitos pela relação sintagmática com a inserção de verbos (CASTILHO, 2016).

Portanto, a condução da linguagem natural para a elaboração de tesouros é dada por vocábulos que se classificam como sistema aberto. Justamente por esse fato, há a dinâmica da revitalização do léxico. Por natureza do material linguístico, entende-se que sua relação com a representação é complexa, às vezes imprecisa, às vezes subjetiva, justamente porque o contexto, a ideologia, a historicidade, a experiência, o extralinguístico e o hábito podem interferir na atuação do intérprete.

O conhecimento, como produto desenvolvido pela humanidade, requer um sistema de organização para que possa ser representado e, dessa forma, ser recuperado. Se, na sua produção, há a interação da linguagem natural, em sua representação, faz-se necessário oferecer um conjunto de descritores especializados. Dahlberg (1978, p. 101) assinala que “conhecimento se fixou através dos elementos da linguagem. Novos conhecimentos apareceram com novos elementos linguísticos e também através destes tornaram-se mais claros e distintos”. Diante disso, entende-se o signo como elemento importante para contribuir na representação do conhecimento, principalmente porque o signo é capaz de proporcionar reflexões sobre sua formatação, e, conseqüentemente, sobre como se estabelece a concepção de termos e de conceitos.

Não existe signo de manifestação neutra. Se há a concepção de um termo que melhor represente um conceito, ocorre por este ser capaz de representar uma ideia, um pensamento, uma informação ou um conhecimento. A partir do instante em que é definido como tesouro, torna-se reflexo de uma construção coletiva.

Dentro desse viés, é válido analisar o tratamento do signo como material linguístico, incidindo na manifestação da linguagem natural e na linguagem especializada. Nesse propósito, a Lexicologia pode esclarecer a diferença entre palavra, vocábulo, léxico e termo. Dessa forma, acredita-se ser possível contribuir para a sistematização de uma metodologia de representação e de organização do conhecimento.

A palavra é a coisa-dita, é o suporte material em que a língua se constitui e se revela como signo linguístico (SAUSSURE, 2006). Palavra, léxico, vocabulário e, em alguns contextos, termo, são utilizados como sinônimos, não havendo preocupação com suas aplicações terminológicas na análise científica. Todavia, a Lexicologia estabelece diferenças significativas entre essas designações.

A palavra, portanto, pode ser compreendida como suporte da coisa-dita para a sua edificação em signo linguístico, porém sem determinações de sua aplicabilidade no contexto social. Pode até ser vista como pedra bruta a ser talhada, mas não como elemento moldado pela arena discursiva (DUBOIS *et al.*, 1998).

O léxico é a representatividade de uma língua, é o que estabelece sua forma e sua formatação, assim como os processos morfológicos de revitalização das palavras, ampliando seu significado, definindo novos contextos de aplicação. O lexema implica o semantema, ou seja, a estruturação do léxico advém de suas propriedades semânticas. Dessa forma, o léxico representa o todo, a *langue* saussuriana, o aspecto social da língua. (DUBOIS *et al.*, 1998).

O léxico não implica representatividade, já que é a união de diversos conjuntos, de diversos registros linguísticos. Importante destacar que a competência lexical é passiva, visto que o falante faz uso de um repertório lexical pronto (DUBOIS *et al.*, 1998).

Por seu turno, o vocabulário está inerente ao discurso e à sistematização de seu percurso argumentativo; são os elementos que tecem a rede sêmica e a progressão temática, bem como os elementos de concatenação textual. Desse modo, “é a relação intrínseca do vocabulário que garante a coesão e a coerência” (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 613). O vocabulário marca a representação do indivíduo no texto, pois compreende que sua ação é performática. O vocabulário pressupõe um léxico, assim como age na forma de palavra, já que evidencia a coisa-dita. A competência vocabular é ativa, já que o falante escolhe as palavras, ou seja, por mais que o falante possua um repertório lexical, existe uma escolha vocabular ao construir um texto verbal (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 613).

A decodificação de um texto verbal é vocabular e lexical, porém a decodificação de um texto não verbal só pode ser lexical. Dessa forma, entende-se que o tesouro, por ser uma linguagem especializada, não pode ser estruturado à base de uma análise vocabular. No entanto deve utilizá-la como interação com a linguagem natural, perfazendo o contato inicial e material para a tradução em linguagem controlada. Diante disso, entende-se que usar o termo vocabulário controlado é uma escolha de âmbito histórico, mediante a tradição relacionada ao dicionário, o que provavelmente se emprestou ao tesouro, entretanto, distante do que prega a Lexicologia.

O termo é “uma palavra que assume uma função determinante, específica dentro de um contexto” (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 586). O processo é tão específico que, para que haja precisão na evocação do conceito, dele pressupõe um domínio.

O termo deve ser entendido como uma palavra que apenas pertence a uma determinada esfera, ou seja, quando a palavra ganha estágio de termo, graças ao domínio aplicado, devem-se ser filtrados os problemas de polissemia, de sinonímia e de antonímia, pois não deve ser utilizado de forma banal, já que uma ciência se constitui pelos termos que a determinam (BARTHES, 1971).

O termo é a identidade representativa de um ser, de um pensamento, de uma ideia, de uma teoria ou de uma ciência, ou seja, é a âncora informacional que resgata e revitaliza o conceito, capaz de representar todo o conhecimento ou a área científica através de uma palavra, de um sintagma, ou de uma frase (DUBOIS *et al.*, 1998). O termo é a chave entre o objeto e a cognição em uma mente capaz de aprender, e a materialização significativa da sua malha de conhecimento socializável.

O termo se constitui a partir do léxico, devido ao fato de ser especializado, ou seja, de evidenciar as propriedades discursivas do domínio a ser representado. Manter relação com o vocabulário pode permitir interferências subjetivas e ofuscar a precisão na representação. O vocabulário pode, entretanto, colaborar significativamente para a interação da linguagem natural e para a satisfação das necessidades do usuário, principalmente quando a representação proporciona representatividade.

Nesse sentido, o vocabulário empregado em conjunto com o texto será um norteador cultural. Além de determinar registro, devido às circunstâncias de variação e de variedade linguísticas, assim como marcações expressivas de uma determinada comunidade discursiva, ainda pode ser material de estudo tanto para a Lexicografia e para Terminologia, quanto para a Organização do Conhecimento, no caso do tesouro, no que tange à evocação de conceito, como ainda no diálogo entre domínios.

Sendo assim, pela análise de gênero discursivo, os documentos podem ser entendidos como textos que exercem função social específica, apresentando intenção comunicativa definida e marcada pela intencionalidade.

Na relação tesouro e conceito, é necessário definir os termos propícios para serem utilizados como instrumentos de representação. Lara e Tálamo (2007, não paginado) apontam que “o conjunto de termos que se relacionam mutuamente permite subsidiar a interpretação global do conjunto de unidades documentárias selecionadas pela linguagem documentária”. Nesse mesmo entorno, Dias (2000, não paginado) defende que “terminologia é o conjunto das unidades de expressão e de comunicação que permitem transferir o pensamento especializado”.

Portanto, o tesouro é uma forma de transferir, de comunicar. Além disso, é uma maneira de identificar o domínio, e, por conseguinte, a comunidade discursiva representada no documento, já que esses processos são determinantes “na formalização da linguagem documentária, combinam-se dados da produção e da recepção em um sistema documentário, o que permite responder pelo caráter socializado da informação documentária” (LARA; TÁLAMO, 2017, não paginado). Ademais, é necessário também considerar a constituição de um sistema documentário orientado por técnicas de tratamento, cujo objetivo é garantir a recuperação dessas informações, assim como a elucidação adequada dos conceitos que evidenciem o conhecimento tratado no documento.

Analisando pelo viés da teoria de Saussure, desenvolvida em 1916, o signo linguístico é estruturado à base de uma dicotomia, de uma lógica diádica: significado e significante. As considerações saussurianas não indicam a presença da percepção individual, ou seja, dentre as dicotomias saussurianas, estão a *langue* e a *parole*, isto é, *langue* refere-se à língua, em outras palavras, ao estrato social, coletivo. Já a *parole*, refere-se à fala, à aplicação individual, porém esta é reflexo da língua social.

Diante dessas concepções, o projeto linguístico de Saussure apenas analisa a semiologia referente à língua (*langue*). Assim, essa teoria não contempla as reflexões sobre as contribuições culturais na modelação do conceito, ou a influência do extralinguístico, já que, para o linguista, os conceitos são fatos de consciência, associados por “fenômenos psíquicos capazes de suscitar no cérebro uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2006, p. 19-20).

Portanto, para Saussure (2006), o conceito produz a imagem acústica e assim forma-se o signo linguístico. Desse modo, a estabilização do conceito é decorrente do uso social, de natureza imotivada, arbitrária e convencional, ou seja, a atualização, quando houver, será por ordem do sistema social, portanto, os conceitos não se ajustariam às necessidades de grupos específicos.

Associando o conceito à Semiótica, entende-se que o conceito pode ser resultado de uma semiose, pois esta ocorre devido à relação de uma tricotomia para representar o signo, “seu *representamen*, seu objeto e seu interpretante”, ou seja, “um signo é qualquer coisa que está para alguém no lugar de algo sob determinados aspetos ou capacidades” (PEIRCE, 2017, p. 46).

Por seu turno, Hjørland (2009, p. 1521-1522) define que “o conceito são construções pragmáticas, que podem variar suas abstrações de acordo com as necessidades”. Ainda na definição sobre o conceito, Hjørland declara que “o conceito estimula alguma coisa em um sinal ou na mente para poder pensar, comunicar, agir sobre ele” (HJORLAND, 2009, p. 1521-1522).

Outrossim, os tesouros também são instrumentos discursivos e ideológicos. É fundamental que sua modelagem evidencie com precisão e com legitimidade todas as comunidades discursivas, assim como a aplicabilidade nos diversos domínios com que dialoga. É extremamente relevante pensar que, seja em linguagem natural, seja em linguagem especializada, o procedimento da representação e da organização do conhecimento não está isento da incidência cultural e de marcas ideológicas e está em pleno diálogo com os avanços e com as inovações.

Já o conceito, é objeto tácito e materializável, entidade de consolidação do pensamento; por um lado, produto significativo, que, ao tocar os limites de outros conceitos, estabelece a rede de significados que constituem o conhecimento de mundo de um indivíduo, ou de uma comunidade discursiva (HJORLAND, 2009).

É indispensável que acrescentar que o significado é produzido pela cognição humana, moldado por um processo metacognitivo e metalinguístico. Sua materialidade linguística, dependendo da abordagem, pode ser vista sob o viés dos valores linguísticos presentes no signo arbitrário de Saussure, constituído socialmente ou, ainda, ser analisado sob o viés da semiologia de Bakhtin. Assim, é preciso avaliar o alinhamento às concepções ideológicas, pois retrataria uma intencionalidade construída na determinação de um grupo seletivo, manifestante na arena do discurso.

Por outra abordagem, o processo mencionado pode também ser compreendido em uma relação lógica com a realidade, decorrente da aplicação da terceiridade das categorias fenomenológicas de Peirce. Ainda sob o viés da Semiótica, o conceito pode ser concebido na experiência colateral promovida pelo interpretante (SILVEIRA, 2007).

Assim, pode-se pensar em uma análise em três etapas para a elaboração do tesouro sob as características e a natureza do signo: a) análise terminológica, em que ocorre a escolha dos descritores que evocarão o conceito presente no documento, aproximando-se do signo de Saussure, já que o valor linguístico está em seu estágio imanente; b) análise vocabular, em que se reconhece o discurso, o registro e as marcas culturais, o princípio do signo ideológico, podendo verificar quais itens são relevantes para representação do conhecimento, caso se trate de um domínio que exija representatividade; c) análise lexical, em que se reconhece o estrato linguístico presente no documento, assim como o trabalho de tradução, com análise baseada no interpretante e na semiose, visto que o repertório vocabular selecionado é pertencente ao repertório lexical, assim procedendo para ativar os termos, situação que se aproxima do signo de Peirce.

Dentro dessa conjuntura, é possível inferir que, quando o conceito passa por um processo de revitalização, é o signo que proporciona o novo processo de predicação, através da expansão da informação. É um signo delineado por conceitualização predicativa que é aplicado a uma estrutura sintagmática a fim de remodelar o novo conceito, trazendo a este novas aplicações e novas significações, ampliando contextos, potencializando os enunciados produzidos pelas comunidades discursivas e, assim, evidenciando sua aplicabilidade nos domínios.

Por isso, o tesouro é tão contundente a esse fenômeno, pois é ele quem tem a responsabilidade e capacidade de representá-lo. É a conexão de um legissigno a um dicente, pela constituição de um objeto indicial com a relação intrínseca de um signo icônico (PEIRCE, 2017).

O conceito nasce da busca de interpretação da natureza. Em paralelo à Semiótica, nasce na secundidade, instante em que há o confronto de uma mente com o objeto e se estabelece na terceiridade, quando ganha forma e significação, através de legissigno, simbólico, argumentativo (PEIRCE, 2017).

A construção do conceito ocorre com moderação, até mesmo na escolha do termo que melhor representa um determinado conceito, porque o sujeito apenas ganha *status* de sujeito na presença do outro e para o outro, na linha da alteridade. Dentro desse cenário, é preciso criar pontes de representação entre a percepção da sua mente e o real, bem como entre o real e a percepção da mente de um outro sujeito (SANTAELLA, 2008).

O conceito é a esfera social do argumento simbólico, pois efetua-se uma substituição da coisa pelo signo, e o discurso materializa-se em processos cognitivos e metacognitivos, assim como o pragmatismo é aplicado ao conceito como recurso de verificação de sua efetividade.

A historicidade discursiva e as marcas de intencionalidade conduzem à modelação ideológica, em um constante processo de ressignificação, pois é reflexo da coletividade e refrata o uso específico de comunidades e de domínios.

O conceito é um condensador de conhecimento. A fluidez do pensamento ocorre diante do aporte conceitual já ministrado pela sociedade. O tesouro, por sua vez, carrega todo um resultado de raciocínio lógico na construção do argumento, o qual é recuperado por catálise. O conceito é peça-chave para a contínua correlação de possibilidades de combinação em direção ao devir. A linha que costura as relações conceituais é o raciocínio lógico, seu resultado é uma malha de combinações e de possibilidades que ganham significados graças aos seus embates de cooperação, de rejeição, de constatação ou de anulação, através da abdução, da dedução e da indução, como percurso lógico (PEIRCE, 2017).

Esse organismo se constrói e é guiado por fluxos informacionais. Essa malha que se estabelece é o conhecimento. O conhecimento se renova, porque dialoga com novos conceitos e amplia as redes semânticas e as potencialidades semióticas, está imerso na produção cultural. Isso proporciona novas linhas de condução, como uma infovia sem limites, pois a percepção individual da mente humana pode limitar a configuração de um conceito, já que está limitada à experiência colateral, decorrente do interpretante. Entretanto, a construção social, não; trata-se de um interpretante dinâmico na atuação da semiose ilimitada (PEIRCE, 2017), na construção do discurso de signo sobre signo na construção de novos signos (BAKHTIN, 2007).

O conceito é um constructo tangível, assim se renova, se remodela, se ressignifica quando houver necessidade de sua aplicabilidade. As comunidades discursivas evoluem; os traços semânticos, discursivos, históricos e ideológicos dos conceitos também. Novos pensamentos nascem de novas motivações (potencialidade – inteligência). Novos pensamentos tecem novas redes de convergência.

Novos fluxos de informação modelam o tangível. Conceitos são construídos do que é tácito. A engrenagem, o engenho, é a palavra; os signos proporcionam à mente sempre pensamentos. Havendo signo sobre signo pensamento modela o raciocínio; o raciocínio modela o conhecimento; o conhecimento modela o conhecimento, gerando uma malha contínua e renovável de conhecimento, que volta a se manifestar na informação.

O conceito nasce na necessidade humana de racionalizar a ideia, a percepção individual, posteriormente social, reorganizada em uma outra esfera novamente no individual sobre o mundo, na ruptura. Por isso o signo saussuriano não transpassa ao limite do valor semântico.

Garcia Gutiérrez (2011, p. 109, tradução livre) questiona: “como poderíamos conciliar, então, uma percepção conceitual inexoravelmente constituída pelo movimento com a paralisia dos próprios conceitos?”. Para ser compreendido, há o signo para que se possa compartilhar, no caso dos tesouros, para que se possa classificar, armazenar, indexar e recuperar.

O processo metacognitivo é arena para o delineamento do conceito. Como faz uso da linguagem, também é um processo metalinguístico, pois é a linguagem o mecanismo de materialização de um conceito, através da descrição, sempre tendo um signo para representá-lo.

Em estágios criativo, cognoscível e tácito, a mente humana reconhece informações e atua sobre contextos e sobre domínios, ressignificando seu conhecimento a partir da experiência, na atualização do interpretante. Nesse ponto, signo e conceito se materializam, em um matrimônio simbólico, paradoxalmente eterno e efêmero.

Os signos são testados a fim de resgatar os elementos conceituais que melhor representam o ato informacional. Tratando-se de um conceito existente, a mente, através do signo, materializa conscientemente a representação.

Havendo a necessidade de criar, a mente dialoga com os diversos conhecimentos em busca de um termo que possa representar. Após a materialização, o conceito poderá ser moldado e, acrescentados a ele novos predicativos.

Por outro lado, há a consideração de que os conceitos não podem mudar, devem manter o sentido estabilizado, porém “a função básica dos conceitos é, portanto, fixar algo em um signo (ou na mente)” para, assim, ter condições de pensar sobre o objeto, além de comunicar sobre suas propriedades e “agir em relação a ele” (HJORLAND, 2009, p. 1522, tradução nossa).

Dentro dessa perspectiva, vem à tona a concepção de que o conceito deva manter seu sentido estabilizado, imutável, alinha-se à proposta de valor presente nas considerações sobre o signo apresentadas por Saussure. No entanto, como pode ser observado nos aspectos da semiose ilimitada e do signo ideológico, a significação se ajusta às necessidades de uso futuro e às interações sociais e históricas. Sendo assim, é importante destacar que a teoria de Saussure dialoga com um pensamento estruturalista, idealista e imanente, estando esses fatores atrelados a valores construídos na *langue* (língua), não levando em conta a influência da *parole* (fala), ou seja, é uma concepção que indica um signo estático e imotivado.

O princípio de signo estático vem ao encontro da busca da estabilização da significação por parte dos procedimentos de representação do conhecimento, pois atende à formação de um tesouro. Todavia, o desenvolvimento de inovações na ciência é contínuo, por conseguinte, estabilizar o conceito em um tesouro é necessário, e a normalização contribuirá para a disseminação do conhecimento e para sua futura recuperação. Entretanto, tornar o conceito estático é não acompanhar a evolução, correndo-se o risco de trabalhar com sistemas de organização do conhecimento obsoletos, que, efetivamente, não atendem às dinâmicas do domínio e dos usuários.

Pode-se pensar que os conceitos estarão estabilizados enquanto as necessidades são recorrentes, ou seja, a proposta a ser tratada é uma réplica de um modelo já consolidado. Nesse sentido, o conceito já evidencia uma aprendizagem, um hábito. Todavia, é preciso levar em consideração que os fundamentos teóricos, assim como as estratégias e as metodologias, podem sofrer alterações, bem como os paradigmas podem ser quebrados e reconfigurados.

Portanto, tem-se a perspectiva de que as ações humanas são constantemente repetidas. Logo, a estabilidade do conceito se mantém. Entretanto, excepcionalmente, transformações acontecem e, diante destas, o conceito inevitavelmente irá ampliar sua significação. É, diante dessas circunstâncias, que a aplicabilidade do tesouro, referente à abrangência semântica, deve ser reavaliada. Assim, é importante compreender tanto a importância da estabilidade, como os prejuízos na representação, quando se orienta pela estaticidade.

A evolução social da significação afeta o domínio científico ou cultural, justamente pela dinâmica entre os tesouros, consolidadores de conceitos e, conseqüentemente, delimitadores da abrangência do conhecimento e das transformações sociais, culturais, políticas, históricas e científicas evidenciadas através da linguagem natural. Apegar-se a um signo estático condena o conhecimento a moldes obsoletos. Por outro lado, é preciso desenvolver métodos para avaliar a atualização dos conceitos a fim de estabelecer critérios para compreender o que se constrói sob os princípios ideológicos, assim como para verificar a relação lógica entre signo e realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tesouro é muito importante para a Organização do Conhecimento, já que é recurso para estabilizar a significação e permitir a efetivação da representação e da organização do conhecimento, através da classificação, da categorização e como instrumento da catalogação. Além disso, esse tipo de linguagem especializada é resultado de uma tradução da linguagem natural e de sua aplicação a um determinado domínio do conhecimento, também sendo utilizada para a comunicação em uma comunidade discursiva.

O tesouro, como uma espécie de linguagem documentária, é elaborado a partir de situações pelas quais se evidencia a presença do signo para estabelecer a representação e a mediação da realidade e também para proporcionar a comunicação. Desse modo, o tesouro, que normaliza o conceito, é elaborado em decorrência da influência social, científica, política e histórica; logo, dialoga com discursos e com outros conhecimentos, constituindo-se a partir de uma rede semântica, oferecendo condições ao usuário para entender qual termo é melhor ou deve ser evitado para determinado fim.

A construção de um conceito é inerente aos aspectos cognitivos. Conseqüentemente, o tesouro também exerce essa função, pois atua como catalise de um argumento já constituído à base de um raciocínio lógico, além de atualizar o interpretante. Por isso, há relação com a semiótica, na medida em que os fundamentos linguísticos não são suficientes para evidenciar toda a complexidade semântica, visto que a semiologia, seja por valores sociais, seja por a ideologia, não contemplar todo processo de significação, ou porque se limita aos valores linguísticos imanentes através da atuação da coletividade, como aponta a semiologia saussureana, ou porque, mesmo alinhada à parole e atenta à evolução semântica manifestante nos discursos, não há métodos sistematizados para verificação semântica dos conceitos, como ocorre na semiologia bakhtiniana.

Nessa linha, reconhece-se que o signo peirceano, por atuar em um sistema de significação, consolidado pela Semiótica, e pela verificação, presente no pragmatismo, oferece recursos mais complexos e eficientes para mensurar o impacto do signo, atuando como conceito e como tesouro, já que além de estar alinhado às categorias fenomenológicas, também é avaliado pelo pragmatismo, o que efetiva o conceito e o tesouro como um hábito, tendo condições de direcionar uma conduta para agir no futuro.

Portanto, a linguagem é elemento fundamental para organização e representação do conhecimento, justamente porque é através da linguagem, mais especificadamente do signo, que se configura, constrói e atualiza a informação e, conseqüentemente, o conhecimento.

As teorias que estudam o signo evidenciam-no como mediador da realidade e do pensamento, e, é através dele, que a mente é capaz de representar a realidade advinda de fatos, de atos e de fenômenos. Os signos podem ser compreendidos sobre três aspectos: a) signo imutável e convencional, carregado de valor social previamente definido; b) signo como elemento central da significação, a qual é decorrente de um interpretante e de semiose ilimitada; c) signo ideológico, o qual é marcado pelas interações históricas e sociais e pela significação, configura-se conforme a sua atuação na comunicação.

Sendo assim, o conhecimento presente nos documentos evidencia o posicionamento dos domínios e das comunidades científicas e culturais. Desse modo, a aplicação de sistemas de organização do conhecimento, como os tesouros, é fundamental para constituir um sistema de organização confiável e direcionador dos trabalhos de representação. Entretanto, é preciso que estes sistemas estejam sempre em diálogo com os avanços e com as inovações sociais. Por isso é importante estabelecer critérios de filtragem dos aspectos semânticos relevantes para serem aplicados à ciência.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. *Peirce e a organização da informação: contribuições teóricas da semiótica e do pragmatismo*. 2009. 416 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

BAKHTIN, M. M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hicitec, 2006.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentación. In: CARRARA, K. (org.). *Educación, universidad e pesquisa: textos completos do III simpósio em filosofia e ciência: paradigmas do conhecimento no final do milênio*. Marília: Unesp, 2001. p. 35-60.

BARITÉ, M. *Diccionario de organización del conocimiento: clasificación, indización, terminología*. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015.

BARTHES, R. *Elementos da semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1971.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. Tradução de Maria da Glória Navak, Maria Luisa Neri. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020. 1 v.

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DIAS, C. A. Terminologia: conceitos e aplicações. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, 2000.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. Tradução de Izidoro Blikstein et al. São Paulo: Cultrix, 1998.

DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. Tradução de Alice Kyoko Miyashiro et al. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. *A epistemología de la documentación*. Barcelona: Stonberg, 2011.

GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HJORLAND, B. Concept theory. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New Jersey, v. 60, n. 8, pp. 1519-1536, Aug. 2009.

LARA, M. L. L. G.; TÁLAMO, M. F. G. M. Uma experiência na interface linguística documentária e terminologia. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, 2007.

OTLET, P. *Tratado da documentação: o livro sobre o livro, teoria e prática*. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde et al. Brasília: Briquet de Lemos, 2018.

PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SANTAELLA, L. *O método anticartesiano de C. S. Peirce*. São Paulo: Unesp, 2004.

SANTOS, J. C. F.; MOREIRA, W. SKOS: uma análise sobre as abordagens e suas aplicações na ciência da informação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 23, n. 3, p. 362-389, 2018.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini et al. São Paulo: Cultrix. 2006.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de organização do conhecimento. In: ALVARES, L. (org.). *Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. São Paulo: B4 Editores, 2012. cap. 2, p. 49-118.

SILVEIRA, L. F. B. *Curso de semiótica geral*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.